

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Têm chegado a este Grupo Parlamentar vários pedidos para atualização dos formulários emitidos pelos vários serviços públicos, nos quais se pede uma descrição da situação familiar ou a descrição de outros dados pessoais dos cidadãos.

O fundamento destes pedidos prende-se com a inexistência de um espaço próprio nos formulários que permita descrever a real situação familiar, ou descrever outros dados pessoais dos cidadãos, não deixando alternativa que não seja a ocultação de dados, ou o preenchimento errado dos mesmos por não ser permitido a sua entrega com dados não preenchidos ou através de outro meio.

A título de exemplo referem-se as matrículas, incluindo o novo Portal das matrículas, em que não existem campos para descrever as situações de famílias monoparentais e homoparentais, levando a que sejam criadas situações de constrangimento desnecessárias ou em que os encarregados de educação ficam dependentes da boa vontade ou consciencialização dos funcionários responsáveis por receber os formulários.

A alteração dos formulários e restantes documentos em que é pedida esta informação vai permitir o real conhecimento do que é perguntado e uma melhor gestão e análise dessa informação, para além de contribuir para o reconhecimento da existência destas famílias, legalmente reconhecidas em Portugal.

Existem várias soluções que permitem que esta situação seja posta em prática, bastaria que fosse, a título de exemplo, colocados dois campos, editáveis, de “mãe/pai/outra” ou filiação: 1/2.

Esta simples alteração, que não é original, encontrando-se em vigor no ordenamento jurídico francês, permitiria a inclusão de todas as famílias, independentemente da forma como são constituídas, promovendo a igualdade de tratamento das famílias homoparentais e monoparentais.

Este é o momento para a resolução desta questão, aproveitando-se a oportunidade dada pela transição para as plataformas digitais de um conjunto cada vez maior de comunicações efectuadas entre os cidadãos e as entidades públicas

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Educação, as seguintes perguntas:

- 1 – Tem o Ministério da Educação conhecimento desta situação?
- 2 – Está disposto o Ministério da Educação a tomar medidas de atualização dos dados dos formulários para preenchimento relativos às matrículas e outro tipo de formulários escolares, que possibilitem o reconhecimento de famílias homoparentais e monoparentais?
- 3 – Que acções vai o Ministério da Educação tomar para que se promova um aperfeiçoamento dos formulários disponíveis em todas as áreas da educação, de forma a que os mesmos melhor reflitam a sua realidade pessoal dos cidadãos e diversidade legalmente reconhecida?

Palácio de São Bento, 8 de setembro de 2020

Deputado(a)s

FABÍOLA CARDOSO(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)